

GINÁSIO ESTADUAL OSMÁRIO BATISTA/BA: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

Damirianis de Souza Cardoso ¹
Cristiane Batista da Silva Santos ²

RESUMO

O presente artigo está inserido no campo da História da Educação e, tem como objetivo analisar a construção do Ginásio Estadual Osmário Batista, como uma política pública educacional, evidenciando o contexto político, econômico e social que marcou a sua implementação e o impacto do mesmo para o município de Canavieiras/BA. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, com base nas leituras da disciplina Políticas Públicas em Educação, realizada no primeiro semestre de 2024, no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação (PPGE-UESC), além da consulta de livros de memorialistas locais sobre o ginásio. Constatou-se que a construção do ginásio ocorreu durante o período desenvolvimentista (1930-1960), caracterizado por ideologias e políticas para o desenvolvimento nacional. Neste contexto, evidencia o apelo a educação como forma de promover o desenvolvimento do país, implementando o ensino secundário com objetivo de preparar a classe popular para o mercado de trabalho, alinhando-se as transformações econômicas que o Brasil estava passando. Além disso, é importante ressaltar o reflexo da construção do ginásio para o município e a importância do ginásio para o desenvolvimento educacional e social do município, possibilitando o acesso da população ao ensino secundário.

Palavras-chave: Ginásio Estadual, Ensino Secundário, Política educacional.

INTRODUÇÃO

O Ginásio Estadual Osmário Batista, inaugurado em 27 de setembro de 1958, e localizado em Canavieiras/BA, foi construído a partir da necessidade social de uma instituição escolar que contemplasse o ensino secundário, visto que neste período, apenas os filhos de pessoas com condições financeiras conseguiam manter os estudos na capital, Salvador/BA ou em escolas particulares.

Na década de 1930, foi formada a comissão para a discussão da construção do ginásio. Nesse contexto de discussão e construção do ginásio, de 1930 a 1958, o país estava marcado pela ideologia e políticas desenvolvimentistas e reformas educacionais que organizaram o sistema educacional brasileiro para preparar trabalhadores para o mercado de trabalho e o projeto de nação. Mediante essa conjuntura de reformas

¹ Discente do Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), dscardoso.ppge@uesc.br;

² Professora Titular no Departamento de Ciências da Educação (DCIE) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), cbssantos@uesc.br



educacionais e projeto nacional para o desenvolvimento do país, situam-se as discussões e reivindicações pela construção do ginásio de Canavieiras/BA.

Este artigo tem como objetivo analisar a construção do Ginásio Estadual Osmário Batista em Canavieiras/BA, entendido como uma política pública educacional, evidenciando o contexto político-social que permeou a construção do ginásio e seu reflexo impacto social, econômico e educacional do mesmo para o município.

Quanto à metodologia, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfica, com base nas leituras da disciplina Políticas Públicas em Educação, realizada no primeiro semestre de 2024, no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação (PPGE-UESC), além de livros de memorialistas do município que relatam a construção, organização e funcionamento do ginásio. Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois, segundo Gil (2006, p.46),

pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Para tanto, foram selecionados os autores Dick (2020), Alvarenga et.al (2023), Montalvão (2021), Zanlorense e Santos (2014), Lopes et.al (2023), Nascimento et.al (2018) e Cruz (2010) que discutem a história da educação brasileira e a expansão do ensino secundário no período do projeto desenvolvimentista. Estes autores destacam as reformas educacionais do período (1930-1960), o caráter elitista e dualista no ensino e o papel do Estado e da educação no projeto nacional.

Portanto, o presente trabalho está organizado em quatro partes: a primeira analisa o ginásio como uma política pública educacional; a segunda, o processo de construção do ginásio no projeto nacional; a terceira, apresenta o impacto do ginásio para o desenvolvimento educacional e social do município de Canavieiras/Ba; e, por fim, as considerações finais.

GINÁSIO ESTADUAL OSMÁRIO BATISTA: ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL PARA O ENSINO SECUNDÁRIO

Em 1930, foi instalado o Grupo Escolar Quinze de Outubro, reunindo oito escolas públicas existentes no município de Canavieiras/BA. No entanto, a escola só formava até



o quinto ano, levantando questionamentos sobre como os alunos pobres poderiam dar continuidade aos estudos, sem recursos financeiros, uma vez que para manter os estudos, ou deveriam ir para as escolas da capital, ou frequentar educandários particulares. Ainda na década de 1930, durante o governo municipal de João de Melo, foi formada uma comissão para estudar a viabilidade da criação do ginásio de Canavieiras, “a comissão era formada por Ademar Menezes, Benicio Azevedo Machado, Prisco Viana, Rui Cajueiro e Símaco da Costa” (França filho; Shommer, 2013 p. 85).

O Ginásio Estadual Osmário Batista, atualmente denominado Colégio Municipal Osmário Batista (CMOB), foi inaugurado no dia 27 de setembro de 1958, e iniciou suas atividades com a primeira turma em março de 1959. A inauguração foi comemorada pelos canavieirenses, com festa na Av. Otavio Mangabeira (conhecida como rua 13), pois o ginásio representava um sonho realizado para a cidade. O prédio do ginásio de Canavieiras foi doado pela Lei Municipal nº 3/1958 de 28 de junho de 1958, pelo prefeito Licurgo Ferreira Ramos, e mantido pelo Estado (França Filho; Shommer, 2013).

A construção do Ginásio Estadual Osmário Batista deu início no mandato do prefeito Osmário Batista (1951-1955), e foi marcada por disputas políticas, visto que o Osmário era do partido (UDN) opositor ao partido do governador da Bahia Regis Pacheco (1951-1955). O prefeito Osmário Batista era um político engajado e Canavieiras contribuía com a economia do Estado com a lavoura de Cacau, o que permitiu a continuidade da construção (Castro, 2008).

Figura 1: Prédio original do ginásio no dia da inauguração, em 27 de setembro de 1958.



Fonte: Jornal Tabu. Canavieiras. 1º quinzena de setembro de 2008, nº 763.

Para compreender o Ginásio Estadual Osmário Batista como política pública, é fundamental definir o que constitui uma política pública educacional. Mainardes (2018)



afirma que o campo da política educacional é abrangente e complexo, tendo como objeto de estudo “a análise das políticas educacionais formuladas pelo aparelho do estado” (Mainardes, 2018, p.189). Nesse sentido, o autor define as políticas educacionais como ação do Estado para resolver problemas da população. No entanto, a política educacional é marcada por interesses e ideologias, sendo utilizada como instrumento de poder que pode ser usado para manter as relações de poder e hierarquias, consequentemente beneficiando uns e excluindo outros.

Segundo Hofling (2001), as políticas públicas educacionais são ações estatais destinadas a garantir direitos sociais, como educação, segurança, saúde, entre outros, sendo de responsabilidade do Estado. Além disso, quanto a definição das políticas Hofling (2001) afirma que “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do estado e da sociedade como um todo” (Hofling, 2001, p.38).

Compreendendo as políticas educacionais como ação do Estado, é importante discutir o seu papel do mesmo na sociedade capitalista. Nesse sentido, Hofling (2001) afirma que a concepção do Estado altera também o papel e as funções dessas políticas. Partindo da discussão das concepções marxistas e neoliberal de Estado, a autora esclarece o quanto que essas concepções influenciam diretamente o papel das políticas educacionais. A ação de um governo, na visão marxista, o Estado age pode agir como regulador das relações sociais, com objetivo de manter as relações capitalistas e qualificar para a força de trabalho, enquanto e/ou na perspectiva neoliberal, que defende o Estado mínimo, a individualidade do indivíduo autônomo e a privatização da educação pública, oferecendo serviços educacionais em prol da eficiência e competitividade.

Nesse sentido, Carnoy (1990) estuda as concepções do papel do Estado e educação por Marx, Lenin, Althusser, Gramsci e Poulantzas, demonstrando que esses filósofos concordam que não existe uma suposta neutralidade do Estado. Há um engendramento e ação do Estado na sociedade capitalista, que em última instância, pois o mesmo, este serve como instrumento da classe dominante, com a função de organizar e manter o controle sobre a produção nas mãos da classe dominante, assim o Estado assume a forma de aparelho repressivo e ideológico. A partir desses filósofos marxistas, Carnoy (1990) apresenta uma nova interpretação desse engendramento, e expressa que a escola serve como mediadora nesse contexto das contradições, mediando a relação entre trabalho e escola, formando os alunos para o mercado de trabalho, servir e acumular o capital.



Assim, a formulação de políticas públicas, segundo Capella (2018), explora a noção de que essas políticas são resultadas de um processo que envolve múltiplos atores e interesses. As políticas públicas têm pretensão de resolver problemas da sociedade, passando inicialmente pela definição de problemas que, para chegar na agenda governamental devem ser considerados problema público, analisado por alguns critérios como: público-alvo afetado, gravidade, proximidade, entre outros. A formulação da política pública é um campo de disputa entre os grupos sociais para mover os problemas da agenda sistêmica para a governamental e solucionar os problemas, que são frequentemente influenciados por ideologias e agendas políticas, que podem variar conforme o contexto histórico e social.

Partindo da perspectiva teórica apresentada, a falta de uma instituição escolar que contemple esse ensino secundário, afetava a população pobre, que não tem tinha condições de estudar na capital ou escolas particulares. Tratando-se de um problema público na realidade social e educacional do município, portanto, a construção do ginásio foi uma importante política pública, permitindo o acesso das classes populares ao nível de ensino que historicamente era somente destinado a elite.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO E O CONTEXTO ECONÔMICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL NACIONAL

O Ginásio Estadual Osmário Batista foi uma vitória para a população pobre de Canavieiras/BA. No entanto, é fundamental considerar o contexto econômico, político e social que permeou a construção do ginásio.

A comissão e construção do Ginásio Estadual Osmário Batista ocorreu dentro do contexto de políticas desenvolvimentistas que marcaram o período de 1930 a 1960. Esse período foi caracterizado por políticas de desenvolvimento nacionalista, cujo objetivo era superar o subdesenvolvimento e a pobreza, inserindo o Brasil na indústria nacional com a participação do Estado. Este período foi permeado pela ideologia do desenvolvimento econômico, iniciado no Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1945), e ganhou força na década de 1950, com discussões e disputas de grupos e interesses sobre a intervenção do Estado no processo de industrialização (Alvarenga et.al, 2023).

Nesse período, surgem discussões sobre o papel da educação no projeto nacional de desenvolvimento do país. Segundo Cruz (2010), na mensagem lida por Getúlio Vargas



a constituinte de 1933, expressando sua perspectiva sobre realidade nacional, Vargas reconhece a educação como instrumento de modernização do país, mas evidenciava que pouco se fazia para desenvolver a educação. Na perspectiva de Vargas, era necessário reconstruir a educação nacional para articular educação e trabalho.

Na história da educação brasileira, a educação para a elite e para as classes populares foram diferentes: para a elite preparação para o trabalho intelectual e, para os pobres, voltado para o trabalho manual. As dicotomias sociais também marcaram a formação do sistema educacional, utilizando leis e políticas para manutenção de direitos e privilégios das classes dominantes, preparando a elite para o ensino superior e os pobres para o mercado de trabalho (Nascimento et al, 2018).

Neste contexto desenvolvimentista, surgem políticas e reformas educacionais para organizar o sistema educacional brasileiro, articulado com o contexto econômico e social que o Brasil estava passando, com o processo de inserção na industrialização e as transformações econômicas. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde, visto que para Vargas eram indissociáveis. Teve como primeiro Ministro Francisco Campos (1930-1932), que organizou o ensino secundário com o decreto 19.890 de 18 de abril de 1931. Entretanto, para Zanlorense e Santos (2014) a reforma Francisco Campos em 1931 organizou o ensino secundário de modo dualista para a elite e classe trabalhadora, com a educação da burguesia era voltada para a ordem social e liderança, enquanto o estado afastava os pobres do ensino propedêutico e formando somente para o trabalho.

Ainda no governo de Vargas, em 1942, foi regulamentada pelo ministro Gustavo Capanema (1934-1945) a Lei Orgânica do Ensino Secundário, conhecida como Reforma Capanema. Esta reforma, que sucedeu à reforma Francisco campos, apresentando o discurso de diminuir as dificuldades do acesso dos pobres ao nível superior, mas mantinha a dualidade do ensino. A reforma Capanema apresentava discurso de igualdade de acesso, mas priorizava a formação das elites com formação patriota para governar o país e a classe trabalhadora com formação técnica (Zanlorense; Santos, 2014).

A reforma Capanema, composta por decretos de 1942, tinha como objetivo formar o modelo de homem ideal com “consciência patriótica e humanística”. Dividia o ensino secundário em dois ciclos: o curso ginasial, com duração de quatro anos, e o segundo curso, com curso científico e clássico, com duração de três anos. O ensino era dividido entre feminino e masculino e possuía fortes valores patriotas. (Brasil, 1942). Montalvão



(2021) afirma que a reforma Capanema teve influência das organizações católicas e exército, lançando interesses privados como interesse nacional com mediação do Estado. Foi formada a aliança da igreja católica, exército e Estado, preparando os alunos para o seu papel no projeto de nação.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi estabelecido o plano metas com objetivos para setores de energia, transporte, indústria e educação. Neste período, foi caracterizado por otimismo para superar o atraso histórico. O contexto de transformações econômicas, políticas e sociais teve impacto nas discussões sobre a importância da educação no projeto desenvolvimentista. Além disso, foi marcado por pressões das camadas pobres pelo ensino secundário gratuito, que até o momento era privilégio da elite. Nesse sentido, a educação tornou-se uma estratégia para o desenvolvimento econômico e social do país. Para isso, o ensino secundário foi moldado para preparação para o mercado de trabalho, e foram criados ginásios para a classe popular com cursos para indústria, comércio e agricultura, alinhando a educação com a necessidade econômica do país (Alvarenga et.al, 2023).

Como estratégia do governo para a formação do trabalhador, as reformas educacionais Francisco Campos e Capanema demarcam o início da expansão do ensino secundário. Alvarenga et.al (2023) frisam que, com o aumento da procura da classe popular por vagas no ensino secundário e a necessidade de adequação ao desenvolvimento econômico industrial que estava em transformação, foram criadas políticas de construção de ginásios em bairros urbanizados; entretanto, dificultou o acesso da população que habitava na periferia ou no campo.

Dick (2020) afirma que o aumento populacional do país nas décadas de 1940 e 1950 ocasionou desequilíbrio e desigualdades sociais. Por isso, a educação surge como elemento importante para o processo de democratização da sociedade, marcado principalmente pelo governo de Otavio Mangabeira (1947-1951) que teve como secretário da educação Anísio Teixeira.

A partir da Lei nº 130, de 14 de dezembro de 1948 (BAHIA, 1948b), que dispõe, no seu artigo 1º sobre a criação de ginásios oficiais e subvenção de outros existentes no interior do estado, foram criados Ginásios Oficiais do Estado nas cidades de Alagoinhas, Barra, Barreiras, Caetité, Canavieiras, Feira de Santana, Itabuna, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lençóis, Senhor do Bonfim, Serrinha, Valença e Vitória da Conquista, além de outras que, de acordo com o parecer dos órgãos técnicos competentes, julgavam conveniente considerar centros regionais de educação (Dick, 2020, p.321).



Na Bahia, a expansão do ensino secundário se deu de forma irregular, dificultando o acesso das classes populares ao ensino secundário. No sul do estado, o primeiro ginásio municipal foi inaugurado em Ilhéus em 1939 (Dick, 2020). Entretanto, o que seria dos canavieirenses que não tinham condições para estudar em Ilhéus, a 115km de distância de Canavieiras?

Além disso, neste período, os ginásios cobravam taxa e exigiam aprovação no exame de admissão para frequentar as aulas, “demonstrando que o ensino secundário era para poucos, a classe trabalhadora não usufruía, não tinham condições financeiras para arcar com essas despesas” (Rocha et.al, 2021, p.4).

Conforme Lopes et.al (2023), mesmo com a expansão significativa no aumento de escolas, ainda ocorreu desigualdade de acesso no curso ginásial e colegial, visto que muitos municípios só ofertavam o primeiro ciclo, enquanto a maioria dos cursos secundários completos estavam centrados na capital. Também destacam a dualidade do ensino secundário e a dificuldade de concluir o nível colegial, pois, muitos alunos abandonavam os estudos para se inserir no mercado de trabalho ou seguiam apenas o curso profissionalizante.

Ademais, enfrentavam outros desafios do ensino secundário como a falta de vagas em ginásios lotados, prosseguir os estudos no curso clássico, além de problemas na infraestrutura, falta de água, evidenciando a negligência do Estado com escolas afastadas do centro (Dick, 2020).

Portanto, percebe-se a negligência do Estado com cidades do interior da Bahia, visto que, Canavieiras foi um dos últimos municípios do interior da Bahia, a conquistar seu sonhado ginásio. Essa construção está inserida no contexto político e de ideologias desenvolvimentista, marcada por reformas educacionais reformulando o ensino secundário com objetivo de formar trabalhadores para acompanhar as transformações econômicas, políticas e sociais que estavam acontecendo. A construção do ginásio de Canavieiras não ocorreu apenas devido às reivindicações do município, mas também como parte do objetivo mais amplo do governo para modernizar o país.

IMPACTO DO GINÁSIO ESTADUAL OSMÁRIO BATISTA EM CANAVIEIRAS/BA



Apesar do cenário brasileiro de conflitos e interesses econômicos e políticos, não devemos deixar de considerar o impacto que a construção do Ginásio Estadual Osmario Batista teve para os canavieirenses e cidades próximas. Desde a sua construção, o ginásio gerou empregos e a movimentação do Porto Grande (Sitio Histórico Paulo Solto) com a movimentação dos navios 2 de julho, de Salvador para Canavieiras (Castro, 2008).

A implementação do ensino secundário ofereceu oportunidades educacionais para as classes populares, que, anteriormente, não tinham condições de prosseguir os estudos nos ginásios públicos na capital, ou em escolas particulares. Essa oferta educacional promoveu avanço significativo no desenvolvimento educacional da cidade com o aumento da classe popular na escola.

Figura 2: formatura da turma do curso normal (s/d) CMOB



Fonte: Arquivo do Colégio Municipal Osmário Batista

No Ginásio Estadual Osmario Batista, eram oferecidos curso pedagógico e contabilidade, possibilitando a formação de professoras para o próprio município, atendendo aquelas que não tinham possibilidade de estudar em escolas normais em outras cidades, além de contadores para o comércio local. Em 1962, formou-se a primeira turma do curso normal, e em 1965, a primeira turma do curso técnico em contabilidade. Além



disso, era possível cursar os dois cursos, o curso normal pela manhã e contabilidade à noite (Castro, 2008).

Figura 3: Formatura curso técnico em contabilidade (s/d) CMOB



Fonte: Arquivo do Colégio Municipal Osmário Batista

As fotografias do arquivo escolar do Colégio Municipal Osmario Batista evidenciam o aumento da presença das classes populares no ensino secundário e a formação dessas turmas para formar os futuros trabalhadores para o município. É possível perceber nas fotos, um número significativo de formandos, destacando a ampliação do acesso à educação secundária para os canavieirenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Ginásio Estadual Osmario Batista em Canavieiras/BA, no final da década de 1950, representa uma importante política educacional para o município, ao promover o acesso ao ensino secundário para a classe popular que não tinha condições de dar continuidade dos estudos em outra cidade ou na capital.

Historicamente no Brasil o ensino secundário foi reservado para a elite, com ensino propedêutico, enquanto a classe popular tinha acesso somente restrito ao ensino



primário. Portanto, a criação do ginásio foi reflexo das políticas desenvolvimentistas que visavam a modernização do Brasil, essas políticas incentivaram a expansão do ensino secundário para atender a mão de obra.

Além disso, evidencia-se a contradição: o Estado tenta manter a hegemonia, preservando os privilégios das classes dominantes por meio de políticas e reformas educacionais que perpetuam o ensino diferenciado para a elite e para a classe popular. Contudo, também existe a pressão da classe trabalhadora pelos direitos a educação. Neste sentido, as interferências e parcerias do Estado com a igreja e exército também impactaram na educação, com políticas que buscavam agradar as parcerias e manter a estrutura capitalista.

Entretanto, é fundamental reconhecer a importância do ginásio para o município, que além de proporcionar acesso ao ensino secundário, ofereceu à população a oportunidade de adquirir uma formação profissional, contribuindo para o desenvolvimento educacional e econômico de Canavieiras.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo et al. Ampliação da educação secundária no Brasil: considerações sobre o paradigma desenvolvimentista (1930-1960). **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 9, p. 9445-9469, 2023.

CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado**: base e superestrutura: relações e mediações. São Paulo: Autores Associados, 1984.

CASTRO, Eunice. Colegio estadual osmar batista 50 anos de serviços prestados. TABU, Canavieiras/ba, setembro de 2008 p. 8-9.

CRUZ, Ricardo Alexandre. O projeto educacional da era Vargas e suas articulações com a nova política brasileira–1930-1945. **Dialogia**, p. 239-244, 2010.

DICK, Sara Martha. A Expansão do Ensino Secundário na Bahia (1942-1961). **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 59, p. 310-327, 2020.

FARENZENA, Nalú; LUCE, Maria Beatriz. **Políticas Públicas de Educação no Brasil**: Reconfigurações e Ambiguidades. Avaliação de Políticas Públicas. MADEIRA, Lígia Mori (ORG.). Porto Alegre, UFRGS/CEGOV, 2014. p. 195-215.

FRANÇA FILHO, Durval Pereira; SCHOMMER, Aurélio. Canavieiras: terra mater do cacau. Salvador: Cultura Editorial, 2013

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS**. In: Cadernos CEDES vol.21 n°.55 Campinas/SP. Nov. 2001.p.30-41



MAINARDES, Jefferson. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.4, n.1, jan.-abr. 2018, p.186-201.
MONTALVÃO (BRASIL), S. de S. Gustavo Capanema e o ensino secundário no Brasil: a invenção de um legado. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 25, p. e108349, 2021

NETA, Olivia Morais Medeiros et al. Organização e estrutura da educação profissional no Brasil: da Reforma Capanema às leis de equivalência. **Holos**, v. 4, p. 223-235, 2018.

ROCHA, Paolla Rolon; SEVERINO, Jorismary Lescano; RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Era Vargas (1930-1945): notas sobre o ensino secundário. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 1036-1043, 2021.

ZANLORENZI, Maria Josélia; SANTOS, Almir Paulo dos. O ideário liberal nas reformas educacionais brasileira entre 1920 e 1940. 2014.

